
AS TEMÁTICAS SOBRE O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Luciana Pereira Vicente Ortolan
Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciência da Informação
lugabywell@gmail.com

Marcio Ferreira da Silva
Professor do Departamento de Ciência da Informação - Fundação Universidade Federal de
Rondônia – UNIR de Porto Velho-RO
Doutorando em Ciência da Informação
soimers@gmail.com

Roberta Caroline Vesu Alves
Doutora em Ciência da Informação
Professora substituta do Departamento de Ciência da Informação - UNESP
robertavesu@gmail.com

Daniel Martínez-Ávila
Doutor em Ciência da Informação
Professor do Departamento de Ciência da Informação - UNESP
dmartinezavila@marilia.unesp.br

Resumo

A compreensão da forma como os negros são representados e a invisibilidade da sua temática motivou a investigação desse assunto em Ciência da Informação. O problema de pesquisa consistiu em averiguar, por meio de publicações científicas, as características da abordagem a temática sobre o negro em Ciência da Informação no Brasil. O objetivo da pesquisa propôs identificar como as temáticas relacionadas ao negro estão sendo representadas na literatura científica brasileira em Ciência da Informação, por meio de palavras-chave, dos autores mais produtivos e sua localidade, e as principais revistas científicas e sua localidade. A metodologia consistiu em pesquisa bibliométrica, com quantificação de dados bibliográficos da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Os resultados apontaram os autores e revistas que mais publicaram sobre a temática do negro na literatura científica brasileira em Ciência da Informação e, ainda, as palavras-chave mais frequentes relacionadas à temática. As palavras-chave dos artigos pesquisados representam os termos e as temáticas sobre o negro na literatura científica brasileira em Ciência da Informação.

Palavras-chave: Negro. Temática. Ciência da Informação. Representação na literatura científica. Quantificação de dados bibliográficos. Base de dados.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação é a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam os fluxos de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, e a interpretação e o uso da informação (FONSECA, 2005; SHERA;

CLEVELAND, 1977). Os aspectos de coleta, organização, armazenamento e recuperação da informação, por meio das bases de dados, também apresentam consequências para a construção de conceitos sensíveis e para a percepção que se tem sobre determinados grupos sociais em âmbito científico.

Dentro da Ciência da Informação, o campo da Organização do Conhecimento também está preocupado com a construção de conceitos relacionados com aspectos sociais e

sua representação ética em bases de dados, por exemplo, como visto em Martínez-Ávila et al. (2015), assim como as relações éticas e de significados desses conceitos em relação aos outros conceitos. Segundo Brascher e Café (2008), a organização do conhecimento está relacionada com o processo de modelagem do conhecimento para construção de representações do conhecimento, com base na análise do conceito e de suas características, evidenciando a posição de cada conceito em um determinado domínio e suas relações com os demais conceitos, também para fins de recuperação.

O presente artigo visa lidar com o problema da representação e invisibilidade da temática do negro na ciência, mais especificamente, na Ciência da Informação. A temática relacionada ao negro, de modo geral, se insere na História do Brasil, manifesta múltiplos aspectos relacionados a escravidão, racismo, afrodescendência e luta pela igualdade de direitos, entre outros enfoques que expõem os problemas enfrentados pelos povos negros (MARQUESE, 2006; RODRIGUES, 2010). Similarmente, essa temática está relacionada com diferentes áreas do conhecimento, como História, Antropologia, Psicologia, entre outras. Mas, o objeto do presente estudo constitui a temática relacionada ao negro, se insere para verificação na área de Ciência da Informação.

A pergunta de pesquisa do presente trabalho consiste em: quais são as características da comunidade de pesquisa científica que está tratando a temática do negro na Ciência da Informação do Brasil? Nossa hipótese é que existe uma comunidade de pesquisadores, autores e revistas de qualidade, que pouco a pouco estão contribuindo para a visibilidade e reconstrução de um conceito que tem sido historicamente silenciado. Para corroborar a hipótese foram verificadas as características das publicações dos trabalhos científicos sobre a questão do negro, indexadas pela base de dados especializada, denominada Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Para isso, o presente estudo consistiu em uma pesquisa bibliométrica para quantificação de dados bibliográficos encontrados na BRAPCI, sobre a temática relacionada ao negro da literatura em Ciência da Informação no Brasil, averiguando alguns aspectos conceituais e terminológicos. O objetivo geral

desta pesquisa, portanto, foi de identificar como as temáticas relacionadas ao negro foram representadas na comunidade científica da Ciência da Informação no Brasil. Os objetivos específicos incluem: verificar os autores que são mais produtivos na temática relacionada ao negro, no contexto da Ciência da Informação do Brasil, assim como as localidades dos autores; identificar as revistas principais, que servem como veículo para a construção de identidades e desenvolvimento do domínio, sobre estudos relativos à representação dos negros, assim como a localidade das revistas; averiguar a representação das temáticas relacionadas ao negro nas revistas por meio das palavras-chave; e identificar as tendências temporais e anos mais produtivos na temática relacionada ao negro no contexto da Ciência da Informação do Brasil.

Justificamos a elaboração desta pesquisa porque a compreensão e o estudo da forma com que os negros são representados é um tema de crescente interesse social e científico. Termos como “Negro(s)”, “Afrodescendente(s)”, “Mulato(s)”, etc. são muitas vezes pejorativos e utilizados tanto por membros internos como externos, de diferentes comunidades ou grupos culturais, em diferentes contextos. Para representar uma literatura e caracterizar alguns grupos que são englobados dentro do domínio da Ciência da Informação, o estudo do uso desses termos, através de pesquisas bibliométricas, serve para compreender os diálogos e as correntes entre os diferentes autores que trabalham com essa temática.

2 A QUESTÃO DO NEGRO NO BRASIL

Compreender como o conceito da temática do negro tem sido tratado, de modo geral, suscita buscar e entender suas narrativas segundo o contexto histórico brasileiro. Consoante às definições dos dicionários de língua portuguesa, o termo “negro” comumente faz referência ao indivíduo de cor escura, homem de etnia ou raça negra (SILVEIRA BUENO, 2000; MICHAELIS, 2017; NOVO DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO, 2004).

A tônica sobre o negro no Brasil remete aos tempos iniciais de apropriação e exploração das terras brasileiras (RODRIGUES, 2010). A ocupação

portuguesa, ao constatar a escassez de mão de obra ao processo de exploração da colônia, financia e implanta a escravidão negra como o arranjo ideal de tratativas que trouxeram inúmeras populações africanas, antes livres, na condição de escravos nativos de diferentes designações como “Nagô, Mina, Angola, Moçambique” (RAMOS, 1971, p. 26). Na visão escravagista, limitavam-se a acepção de objeto, rotulados simplesmente como “peça da África”, “negro da costa” ou simplesmente “preto” ou “negro”, “coisa”, “instrumento de seu proprietário”. Outrossim, podiam ser alugados, comprados, vendidos e constavam na contabilidade da fazenda (NUNES, 2006), sendo privados de suas influências culturais e costumes.

Mesmo com a promulgação da lei que aboliu o tráfico negreiro, em 1850, atracaram em nosso país milhões pessoas vindas de diferentes localidades do continente africano. Foram expostas às condições de degradação servil e à violência cotidiana, naturalizada e multiforme (NUNES, 2006), contemporaneamente presentes nas chacinhas dos negros nas periferias e centros urbanos. Mesmo com a tentativa de cientistas sociais instalarem o mito da “Democracia Racial” no início do Século XX encontramos relatos históricos que sustentam que houve muita resistência do povo negro.

O maior foco de resistência das Américas e um dos mais celebrados pelo movimento negro foi o Quilombo dos Palmares localizado em União dos Palmares, Alagoas. Por volta de 30 mil pessoas entre negros, índios, brancos se refugiaram e implantaram a chamada “República de Palmares”. No final do século XVII, crioulos e descendentes africanos que se encontravam em Palmares eram notados pelas autoridades da metrópole por conta do constrangimento a ordem colonial neste período (MARQUESE, 2006), o que levou a coroa portuguesa à incessante perseguição para derrubada do quilombo em 1695. Diversos fatores contribuíram para formação dos quilombos, a saber: econômico, que forçava o abandono da terra e dos escravos pelos senhores; a reunião de negros que fugiam da escravidão; terras cedidas a santidades e ocupadas por comunidades negras, dentre outros (SILVA, 2011).

A resistência do povo negro quilombola em Palmares influenciou as gerações seguintes na luta por igualdade e espaço na

trama social. Seguida da abolição, postulada por estudos como “O Abolicionismo”, de Joaquim Nabuco (1888), dentre outros movimentos (PARRON, 2009), a abolição da escravatura não canalizou esforços à integração dos afrodescendentes nas atividades econômicas e políticas do país. Mesmo com a Proclamação da República em 1889, sinalizou uma grande mudança no quadro nacional, e não alterou ou assegurou nenhum ganho material ou simbólico à população negra, ao contrário, intensificou as desigualdades.

Em face do exposto, as populações afrodescendentes organizam a resistência. Nesse período da jovem República, a atmosfera social era de intensa movimentação política, movimentos limitavam suas ações no espaço, circunscritos aos estados, cidades, bairros em que foram criados. Outros movimentos negros conseguiram projeção em escala nacional como a “Frente Negra Brasileira”, tornando-se o primeiro e único partido político negro do Brasil (BARBOSA, 2012). Na grande São Paulo: “Club 14 de Maio dos Homens Pretos”, “Centro Literário dos Homens de Cor”, “Sociedade Propugnadora 13 de maio”, “Centro Cultural Henrique Dias”, “Sociedade União Cívica dos Homens de Cor”, “Associação Protetora dos Brasileiros Pretos”. No Rio de Janeiro, a “Federação dos Homens de Cor”; em Pelotas no Rio Grande do Sul, a “Sociedade Progresso da Raça Africana”; Lages-SC, “Centro Cívico Cruz e Souza” (DOMINGUES, 2007). Outros expedientes foram utilizados, como a criação de jornais:

Em São Paulo, os primeiros desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo Órgão dos Homens de Cor. O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante em 1918; O Alfinete em 1918; A Liberdade em 1918; e A Sentinela em 1920. No município de Campinas, o Baluarte, em 1903, e o Getúlio, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jaime Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo.

Quantitativamente, as publicações desse período fazem parte do esforço de difusão do ponto de vista do negro face às narrativas

enviesadas dos meios de massa, sob o controle das elites brasileiras. Nesse sentido, o enfoque qualitativo estava centrado na resistência com ângulo agudo sobre a valorização da cultura, ampliação da representação da população negra nos espaços decisórios da nação com ampla participação política. No tocante à política brasileira sobre o mito da democracia racial, foi responsável em promover uma névoa sobre o racismo no Brasil ancorada na posição de igualdade entre todos (GUIMARÃES, 2001). Na década de 1950, o Congresso brasileiro aprova a lei que torna crime o preconceito de raça e de cor. Apesar do esforço local, na década de 1970, o Estado brasileiro ainda não reconhecia a presença do racismo e se esforçava para transmitir essa perspectiva ao mundo, principalmente, ao se apresentar nas discussões no “Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial” no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Silva (2011) revela como o Itamaraty teve um longo caminho até modificar seu discurso sobre o racismo no Brasil. Por obra do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, em 1970 apresentou relatório inicial do Brasil no comitê de uma brevidade ímpar: “Tenho a honra de informá-lo que, uma vez que a discriminação racial não existe no Brasil, o Governo brasileiro não vê necessidade de adotar medidas esporádicas de natureza jurídica, judicial e administrativa a fim de assegurar a igualdade de raças.” (SILVA, 2011, p. 74-80). Apenas em 2004, no décimo sétimo relatório elaborado a partir de ampla discussão com acadêmicos, militantes do movimento negro e sociedade civil, foi apresentado em Genebra o relatório que estabelecerá uma nova dimensão quanto à questão do racismo no país. A ministra Matilde Ribeiro apresentou o relatório e abandonou a neutralidade, se comprometeu em discutir e buscar alternativas de resolução das mazelas sociais e todo tipo de preconceito, particularmente, aos povos negros, indígenas e mulheres.

Do ponto de vista da representatividade política, após a constituinte cidadã de 1988 e de grande luta desde a década de 1970 pelo Movimento Negro, os analfabetos ganham direito a voto, compostos majoritariamente por negros. O fluxo contínuo da luta fez surgir candidaturas de negros e negras pelo país. Na realidade contemporânea, a

representatividade do negro na política é um desafio perene que envolve questões, das quais não pretendemos abordar neste trabalho. No âmbito da representação no Congresso Nacional e considerando as eleições de 2014, apenas 5 senadores e 81 deputados federais se autodeclararam negros (BRASIL, 2014). Informações que revelam o quão desigual está a política para população negra, tendo em vista que mais de 51% da população é negra.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) desenvolveu uma pesquisa no Brasil, nos anos de 2001 e 2012, fruto da cooperação entre o IPEA e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), fornecendo dados atuais dessa população sobre: “1) Características fundamentais das famílias. 2) Escolaridade. 3) Trabalho e renda. 4) Seguridade social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 14). Assim,

[...] os negros possuem nível de renda per capita familiar menor que os brancos, sendo mais numerosos nas faixas de rendimento com menos de 0,5 salário mínimo de renda mensal per capita familiar. Apesar das disparidades entre negros e brancos em relação à renda per capita, existem aspectos positivos, a destacar: os negros deixaram de estar concentrados majoritariamente entre os mais pobres. A parcela com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012, uma redução muito significativa, embora ainda sejam maioria entre os pobres. O total de brancos nesta faixa de renda era de 19,2% em 2012. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 15).

A moradia, conforme determinada em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) demonstrou que no âmbito das populações brancas a incidência de moradias adequadas é mais recorrente, ao contrário das famílias chefiadas por negros. Sobre a escolaridade entre brancos e negros verificamos que houve uma queda de desigualdades, pois, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014, p. 19),

Considerando a população com mais de 15 anos, em 2012, 23% da população branca tinha menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual atingiu 32,3%. Na

população branca, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5% em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001, para 41,2%, em 2012. A proporção de pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012, enquanto entre os negros aumentou de 3,5% para 9,4%.

Apesar dos dados indicarem a tendência a melhorias, os negros ainda apresentam menor escolaridade em relação aos brancos. A incidência de negros no ensino superior em relação aos brancos teve um aumento de 200% em 2012. A inserção da população negra no mercado de trabalho não ocorreu em maior escala, devido ao baixo acesso ao ensino fundamental e médio e a situação social de renda (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

Além disso, “[...] verifica-se que a população negra ainda experimenta desvantagens no acesso à educação, com maior atraso escolar e escolaridade um tanto menor que a da população branca”. Na questão do trabalho, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014), houve redução de desempregados, tanto de brancos, quanto de negros. No entanto, não se observa redução de desigualdades entre os grupos raciais.

Quanto aos rendimentos da população negra, são menores do que a população branca em todas as situações. O valor da remuneração recebida pelo negro não ultrapassa a margem de 62% em relação ao que é pago ao branco em uma única ocupação. Se considerarmos mais de uma ocupação, o percentual do negro sofre variação para baixo, ficando em 37,7% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

A seguridade social, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014), mostra que a cobertura dos benefícios foi ampliada, especialmente nas faixas etárias de menos de 16 anos, bem como os de 16 a 64 anos. Isso se deve ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao elevado número de contribuintes da previdência social na população adulta no período pesquisado. As políticas sociais produzem efeitos importantes, porém, não representam a única saída para alcançar uma justa distribuição de renda. A respeito da

população negra e do racismo, as políticas oferecem maneiras para enfrentar as desigualdades, oferecendo pilares à edificação de uma sociedade mais justa, no que diz respeito aos reflexos do racismo, no entanto, mesmo com o avanço dessas políticas, ainda temos em nosso país o racismo institucionalizado.

Com o passar do tempo, os homens e mulheres negros constituíram formas elaboradas de lidar com o cotidiano com base na resistência a tantas opressões e discriminações. Formularam uma estética incluída na cultura do povo brasileiro, resultado de toda a resistência política, religiosa, artística, musical e da dança (MUNANGA; GOMES, 2006), como a representação das identidades na linguagem e domínios de expressões, conceitos e designações decorrentes das relações sociais. Em nossa rotina é comum utilizamos palavras como racismo, discriminação racial, preconceito, etnia, raça, identidade, ação afirmativa, cotas raciais entre outras (MUNANGA; GOMES, 2006). Quando nos pautamos pelo conceito de raça, percebemos a diversidade de acepções envolvidas, desde a variável biológica à perspectiva cultural. Entretanto, quando tratamos de raça/etnia o sentido é elevado à categoria de resistência, diversa da categoria biológica (OLIVEIRA, 2004). A identidade racial/étnica é fruto do sentimento de pertencimento de um grupo, um processo difícil face às cicatrizes históricas.

Reflexões contemporâneas sobre o racismo em diversos meios, incluindo nas bibliotecas e unidades de informação (FURNER, 2007; MARTÍNEZ-ÁVILA; FERREIRA; MAGRO, 2015) lançam luzes na sub-representação e disseminação de ideias pautadas na cultura universalista. À medida que se aborda a temática em relação ao negro em livros didáticos e literatura, por exemplo, verificamos que abordam a escravidão negra, a interiorização cultural e marcas de preconceito (CARDOSO; NÓBREGA, 2011). No imaginário, construímos representações da realidade a partir de narrativas preconceituosas presentes na literatura e na mídia. Sobre aspectos rotineiros construímos imagens pré-moldadas sobre autores de crimes em que “[...] são raras as vezes nas quais a pele escura e o sexo masculino não

compõem o tipo que está materializado em nosso imaginário” (MORAES, 2013, p.46).

Como citado por Fabiana Moraes (2013, p. 46), ao destacar o relatório de “Racismo, pobreza e violência” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MORAES apud PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005), as principais vítimas da violência policial no Brasil é a população negra, três vezes mais frequente em relação às vítimas brancas. Dessas, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes correspondem a 46,3% entre os pretos e pardos (categorias adotadas pelo IBGE).

Dados de 2014 divulgados pelo Infopen, do Ministério da Justiça, dão conta que a participação de pretos e pardos (negros) na população carcerária em 2016, no universo de 622.022 é de 61,6% do total. Também, 55% dessa população apresenta entre 18 e 29 anos de idade e 75,08% tem até o ensino fundamental completo. O perfil da população carcerária revela onde está parte da população negra brasileira, ou seja, nas senzalas modernas, sem escolaridade, sendo exterminada nas periferias (BRASIL, 2014).

O preconceito no Brasil tem se mostrado por via indireta, que é dissimulado, fruto da democracia racial (GONÇALVES; SILVA, 2000), com pessoas que se comportam de modo a ocultar atitudes preconceituosas para não serem apontadas como racistas (LINS; LIMA-NUNES; CAMINO, 2014). Essa postura encontrou terreno fértil na globalização econômica, proselitismo sobre valores culturais superiores e no tom da pele. Nessa perspectiva, podemos então concluir que construímos os valores culturais de acordo com valores já pré-concebidos, pautados no racismo semeado pelos antepassados. De acordo com os avanços tecnológicos, as formas de discriminação racial ganharam outro meio, através da Internet, mais precisamente das redes sociais.

A história dos negros em nosso país está atada a um quadro explícito de desigualdade, discriminação e marginalização. Áreas de estudo como a História e Sociologia, principalmente no século XX em questões sobre racismo, tem se debruçado sobre o tema de difícil solução (PIMENTA, 2015-2016). Como afrodescendente em seu conceito, destacamos a relação de pertencimento da origem dos povos da diáspora africana. Ao

vínculo dos escravos e dos seus descendentes. Remete ao reconhecimento e consciência solidária sobre sua história (ROCHA, 2010). A construção da cultura e a história de um povo estão intimamente ligadas às raízes históricas e aos seus antepassados de origem africana.

Diante do exposto, entendemos que a temática sobre o negro, nesse caso, consiste nos assuntos relacionados com a participação do indivíduo negro e afrodescendente na história e sociedade brasileira, desde sua imigração forçada pelo tráfico negreiro no período colonial, suas lutas por liberdade, abolição e, na atualidade, nas reivindicações de direitos e na luta contra o preconceito racial.

Nesse intuito, instituições e organismos internacionais têm tomado, ao longo de décadas, decisões com fim de orientar e induzir as nações signatárias no combate interno e sistemático do racismo. A “Assembleia Geral” da Organização das Nações Unidas (2013) decretou a resolução 68/237 de 19 de dezembro de 2013 que cria a “Década Internacional de Povos Afrodescendentes”, de janeiro de 2015 ao final de dezembro de 2024. As discussões tomaram por base o tema “Povos afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. Para tanto, algumas metas foram estipuladas, as quais resumem-se como: o respeito e promoção dos direitos fundamentais dos povos afrodescendentes; promover o conhecimento e valorização da cultura; o patrimônio e a diversidade; e patrocinar e estruturar ações de ordem jurídica em garantia aos acordos internacionais como a “Declaração e Programa de Ação de Durban”, com foco em assegurar a eliminação do racismo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

A partir dessa iniciativa, a comunidade internacional reconhece a representatividade dos povos afrodescendentes como um grupo distinto, cujos direitos humanos necessitam ser protegidos e garantidos. Identificados como afrodescendentes atualmente cerca de 200 milhões de pessoas que vivem nas Américas. Sendo que outros milhões se localizam em outras partes do mundo, não necessariamente dentro do continente africano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, S.d.).

3 A TEMÁTICA RACIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A temática racial também é objeto de estudo na Ciência da Informação brasileira. Em nossa hipótese, apresentada no escopo deste trabalho, identificamos uma comunidade de pesquisadores que tem contribuído com a temática do negro neste campo. Entretanto, as características detalhadas e formais deste *corpus* da pesquisa serão apresentadas nos resultados do presente artigo, podemos aqui introduzir qualitativamente alguns dos trabalhos que foram realizadas nesta temática, destacando de maneira previa a atuação e trajetória da pesquisadora Miriam de Albuquerque Aquino.

Alguns destes trabalhos incluem Aquino et al (2007) que relataram a criação de um museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente. Lima e Aquino (2009) trabalharam a construção de identidades Afrodescendentes na cibercultura. Aquino e Santana (2009) abordaram a responsabilidade social e ética e a inclusão dos afrodescendentes nos discursos de profissionais da informação no contexto da universidade pública. Analisaram a relação, responsabilidade social e ética de profissionais da informação e a inclusão de afrodescendentes à luz de conhecimentos interdisciplinares.

Silva e Aquino (2011) estudaram a invisibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB. Em 2012, Aquino e Silva Júnior estudaram a construção da identidade afrodescendente na informação no funk. Aquino e Pereira (2012) analisaram mitos da tradição africana como elementos de informação e preservação da memória da Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua. Miriam de Albuquerque Aquino (2013) pesquisou a inclusão étnico-racial na era da informação, onde analisou os efeitos negativos e positivos das tecnologias e as exclusões que afetam o acesso e uso da informação digital pela população negra. Silva, Silva e Aquino (2008) trabalharam com o projeto de Biblioteca Digital Paulo Freire como espaço de produção e visibilidade de discursos promotores das liberdades coletivas contra o racismo e outras formas de

preconceito, potencializados pelo acesso à informação.

Outros autores que também trabalharam esta temática incluem, por exemplo, Eni Barbosa (1990) que analisou as contribuições da Arquivologia ao estudo da escravidão no Rio Grande do Sul no Período Imperial; Cardoso e Nóbrega (2010) em relato sobre uma experiência na Biblioteca Pública no Maranhão na reconstrução da identidade negra; Valério et al (2012) que realizaram um estudo cientométrico da produção científica sobre os (as) negro (as) nos ENANCIBs. Este trabalho embora apresente similaridades com o presente artigo, se diferencia por focar nos trabalhos apresentado nos ENANCIBs, enquanto nosso artigo teve como cerne os trabalhos indexados pela BRAPCI.

4 METODOLOGIA

Para compreender como o negro vem sendo representado na Literatura Brasileira na Ciência da Informação, a metodologia deste trabalho consistiu em pesquisa bibliométrica, com quantificação de dados bibliográficos encontrados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), verificando as temáticas relacionadas ao negro. A metodologia buscou identificar, conforme os objetivos da pesquisa, as temáticas relacionadas ao negro representadas na literatura científica em Ciência da Informação no Brasil em palavras-chave, os autores e suas localidades, as revistas e suas localidades, bem como as tendências temporais e os anos mais produtivos de publicações.

A pesquisa é bibliométrica, portanto, foi dividida em três partes:

1) A primeira parte consistiu em uma busca na base de dados BRAPCI, no dia 30/05/2016, a partir do termo “negro”, pois outros termos relacionados como “afrodescendente” ou “mulato” não obtiveram resultados. A pesquisa ocorreu em todos os campos da base de dados, sendo recuperados 130 artigos;

2) Na segunda parte foi feita uma pré-análise para verificar os artigos que seriam utilizados. Os que foram retirados não apresentavam o termo “negro” como assunto, mas somente palavras semelhantes, tais como: “Montenegro” e “Negrão”. Portanto, foram selecionados 36 artigos pertinentes à pesquisa e que foram utilizados.

3) A terceira fase compreendeu a interpretação dos dados e a discussão dos resultados em relação aos objetivos de pesquisa, demonstrando a produtividade da temática relacionada ao negro em Ciência da Informação no Brasil.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os autores mais produtivos, dos 36 trabalhos encontrados na BRAPCI foram indicados no quadro 1, a seguir. Também, podemos observar no quadro 1 a ocorrência de 9 autores, dos quais a mais produtiva é

Mirian de Albuquerque Aquino, com 18 trabalhos. Seguida por Jobson Francisco da Silva Júnior e Leyde Klebia Rodrigues da Silva, ambos com 4 trabalhos. Posteriormente, Vanessa Alves Santana com 3 trabalhos e os autores Delton Aparecido Felipe, Henry Pôncio Cruz de Oliveira, Ronhely Pereira Severo, Sérgio Rodrigues de Santana, Teresa Kazuko Teruya, com 2 trabalhos cada. Os autores com um só trabalho não foram considerados para a pesquisa.

Quadro 1 – Quantidade de publicações por autor sobre a temática relacionada ao negro no Brasil em Ciência da Informação.

AUTOR	QUANTIDADE	LOCALIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL OU FORMAÇÃO DOS AUTORES
Mirian de Albuquerque Aquino	18	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa - PB). Região Nordeste.
Jobson Francisco da Silva Júnior	4	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ). Região Sudeste.
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	4	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ). Região Sudeste.
Vanessa Alves Santana	3	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa – PB). Região Nordeste.
Delton Aparecido Felipe	2	Universidade Estadual de Maringá (Maringá – PR). Região Sul.
Henry Pôncio Cruz de Oliveira	2	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa - PB). Região Nordeste.
Ronhely Pereira Severo	2	Escola Municipal Zumbi dos Palmares- Mangabeira (João Pessoa – PB). Região Nordeste.
Sérgio Rodrigues de Santana	2	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa – PB). Região Nordeste.
Teresa Kazuko Teruya	2	Universidade Estadual de Maringá – (Maringá – PR). Região Sul.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ortolan (2017)

Verificamos por meio do Currículo Lattes dos autores, que 56% do total de autores (5) trabalharam ou se formaram em Pós-Graduação na Região Nordeste do Brasil, 22% do total (2) trabalharam ou se formaram em Pós-Graduação na Região Sul, e os outros 22% (2) trabalharam ou se formaram em Pós-Graduação na Região Sudeste. Esclarecemos que quando não havia informação no currículo atualizada sobre local de trabalho dos autores utilizamos aquelas referentes à formação em Pós-Graduação. Ademais, destacamos que não houve autores das regiões Norte e Centro-Oeste.

No quadro 2, a seguir, podemos observar as revistas que publicaram mais trabalhos sobre a temática relacionada ao negro em Ciência da Informação no Brasil. A revista “Informação & Sociedade: Estudos” foi a que publicou mais trabalhos, com total de 5 artigos. As revistas “Biblionline”, “Biblos” e “ETD – Educação Temática Digital e Inclusão Social” apresentam 4 trabalhos cada. Por fim, as revistas “Comunicação & Informação”, “Em questão”, “Ponto de Acesso” e a “Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação” contêm 2 trabalhos cada. As demais revistas

do quadro 2 tiveram tão somente 1 trabalho publicado.

Quadro 2 – Quantidade de revistas que apresentam a temática relacionada ao negro no Brasil em Ciência da Informação.

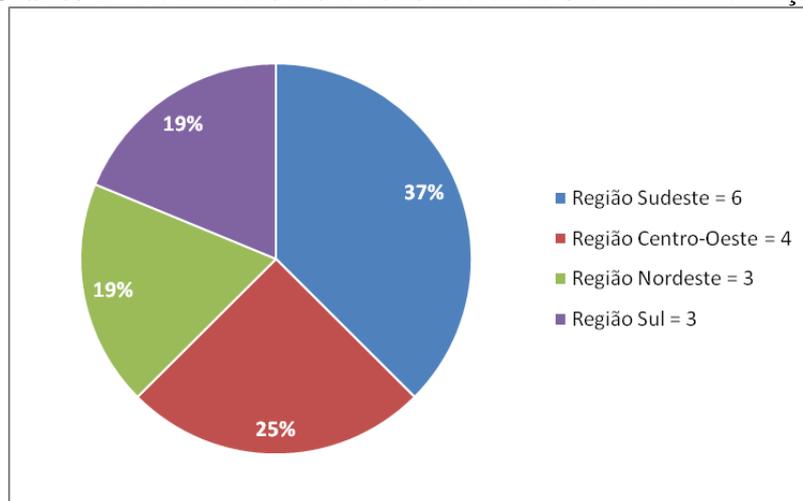
REVISTA	QUANTIDADE	LOCALIDADES DAS REVISTAS
Informação & Sociedade: Estudos	5	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa – PB). Região Nordeste.
Biblionline	4	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa – PB). Região Nordeste.
Biblos	4	Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande – RS). Região Sul.
ETD – Educação Temática Digital	4	Universidade Estadual de Campinas (Campinas – SP). Região Sudeste.
Inclusão Social	4	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT; Brasília-DF). Região Centro-Oeste.
Comunicação & Informação	2	Universidade Federal de Goiás (Goiânia – GO). Região Centro-Oeste.
Em questão	2	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS). Região Sul.
Ponto de Acesso	2	Universidade Federal da Bahia (Salvador – BA). Região Nordeste.
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2	Universidade Estadual de Campinas (Campinas – SP). Região Sudeste.
Ciência da Informação	1	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT; Brasília-DF). Região Centro-Oeste.
Liinc em Revista	1	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT; Rio de Janeiro – RJ). Região Sudeste.
Revista ACB: Associação Catarinense de Bibliotecários	1	ACB - Associação Catarinense de Bibliotecários (São José – SC). Região Sul.
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: RBBD	1	FEBAB (São Paulo – SP). Região Sudeste.
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	1	Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro – RJ). Região Sudeste.
RICI: Ibero-Americana de Ciência da Informação	1	UNB (Brasília – DF). Região Centro-Oeste.
TransInformação	1	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas – SP). Região Sudeste.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ortolan (2017)

Conforme exposto pelo quadro 2, as publicações compreenderam 16 revistas da área de Ciência da Informação distribuídas

geograficamente conforme o gráfico 1, a seguir. Destacamos que não há revista da Região Norte brasileira.

Gráfico 1 – Localidades das revistas da área de Ciência da Informação.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ortolan (2017).

Portanto, 37% das revistas que publicam a temática relacionada ao negro estão na Região Sudeste brasileira. Contudo, esse é um fato que não podemos explicar, pois, comparando as temáticas das revistas do quadro 3 e as localidades das revistas evidenciadas do gráfico 2, não se pode afirmar que a Região Sudeste está mais propensa para a publicação da temática relacionada ao negro. Isso porque todas as revistas apresentam abertura para qualquer temática em Ciência da Informação.

Sobre as tendências temporais e anos mais produtivos na temática relacionada ao negro no contexto da Ciência da Informação do Brasil, esclarecemos que nos casos em que a data da revista indicava 2 anos, como por exemplo 2007/2008, foi considerado a data do último ano como base de publicação do trabalho.

A seguir, no gráfico 2, apresentamos a quantidade de trabalhos por ano.

Gráfico 2 – Número de publicações em cada ano.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ortolan (2017).

Com base no gráfico acima podemos observar que os anos de 2010 e 2013 tiveram o maior índice de publicações de trabalhos sobre o a temática relacionada ao negro, logo em seguida foram os anos de 2008, 2009 e 2014, os anos de 2007 e 2012, ficando

empatados os anos de 1979, 1990, 1993 e 2005.

Verificamos também que os anos sem publicações compreendem um espaço de muitos anos, de 1980 a 1989, pois nenhuma pesquisa foi realizada nesse período.

Posteriormente, aparece uma publicação em 1990, partindo para 1991 e 1992, sem publicação, reaparecendo uma publicação em 1993. Também não existe publicação nos anos de 1994 a 2004, aparecendo uma em 2005. Em 2006 não houve nenhuma, voltando a ter publicações entre os anos de 2007 a 2014. Nos anos de 2015 e 2016 não foram encontradas publicações sobre a temática.

Cabe ressaltar que os números de publicações sobre a temática do negro até o ano 2006 foram muito baixos, quase inexistentes. Esses números parecem contradizer a situação dos negros no Brasil, assim como os vários movimentos negros e sua grande efervescência e ativismo para poder reivindicar os devidos direitos relacionados ao racismo como crime, tombamento do Quilombo dos Palmares como patrimônio histórico, entre outros fatos históricos que marcaram esse período de luta e reivindicação, dentre eles:

- Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal, que visava colaborar para mudanças quanto à conquista de direitos e políticas voltadas para a população negra;
- Em 1994, ano de reflexão sobre os 300 anos do massacre do Quilombo de Palmares;

- Em 1995, o marco dos 300 anos da morte do líder do quilombo Zumbi do Palmares.

Embora a cena política brasileira na época estivesse permeada de discussões sobre a temática do negro, estas preocupações não reverberaram ou foram conduzidas às publicações científicas até o ano 2006. Isso poderia ser explicado, talvez, por uma falta de incentivo científico, interesse institucional e do Estado em pesquisas sobre essas temáticas até o ano 2004.

Algumas iniciativas contemporâneas de organismos internacionais têm como cerne ampliar o debate. Em 19 de dezembro de 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, com início em 1.º de janeiro de 2015 e final em 31 de dezembro de 2024. A iniciativa abre caminhos e reflexões relativas à temática do negro, se caracteriza como catalisadora de esforços geradores de novos trabalhos sobre este assunto em diferentes áreas e em especial na Ciência da Informação.

Verificamos também as temáticas relacionadas ao negro, evidenciando-as por meio das palavras-chave dos artigos publicados em Ciência da Informação, considerados para esta pesquisa, conforme o quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Palavras-chave mais frequentes nos 36 artigos recuperados na base BRAPCI sobre a temática relacionada ao negro no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE	FREQUÊNCIA
Ciência da Informação	5
Informação étnico-racial	4
Negros(as)	4
Produção de Conhecimento	4
Racismo	4
Afrodescendente(s)	3
Educação	3
Acesso/Democratização da Informação	2
Afrodescendência	2
Cibercultura	2
Disseminação da informação	2
Ensino de história	2
Inclusão étnico-racial	2
Memória	2
Memória da Ciência	2
Sociedade da Aprendizagem	2
Sociedade da informação e do conhecimento	2

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ortolan (2017).

Como mostra o quadro 3 acima, podemos observar que a palavra-chave com maior incidência nos artigos é “Ciência da Informação”, com total de 5 vezes. Seguida pelas palavras-chave: “Informação étnico-racial”, “Negros(as)”, “Produção de Conhecimento” e “Racismo”, apresentadas 4 vezes; seguidas de “Afrodescendente(s)” e “Educação”, constando 3 vezes; e, por fim, “Acesso/Democratização da Informação”, “Afrodescendência”, “Cibercultura”, “Disseminação da informação”, “Ensino de história”, “Inclusão étnico-racial”, “Memória”, “Memória da Ciência”, “Sociedade da Aprendizagem” e “Sociedade da informação e do conhecimento”, com duas ocorrências cada, apresentadas 2 vezes cada uma. As demais palavras-chave, que apareceram uma só vez, não foram consideradas para a pesquisa.

Observamos que artigos com a palavra-chave “Afrodescendente(s)” não foram recuperados por meio da busca na base de dados BRAPCI. Creditamos a possível construção recente da base de dados pesquisada, pioneira no âmbito da Ciência da Informação brasileira, ao termo por ainda não ser recorrente para representar os conteúdos relacionados, já que não ofereceu na época da pesquisa a recuperação desse termo de grande importância e de estreita relação ao termo “negro”, inserido há pouco mais de 10 anos.

As palavras-chave que expressam os termos relacionados diretamente com a temática do negro e que o denomina na literatura brasileira em Ciência da Informação são: “Negros(as)” e “Afrodescendente(s)”. Os termos diretamente relacionados com os negros, discutidos ou citados na literatura brasileira em Ciência da Informação são: “Informação étnico-racial”, “Afrodescendência”, “Racismo” e “Inclusão étnico-racial”. Além disso, os outros termos que apresentam a temática relacionada aos negros em literatura brasileira da Ciência da Informação foram: “Ciência da Informação”, “Produção de Conhecimento”, “Educação”, “Acesso/Democratização da Informação”, “Cibercultura”, “Disseminação da informação”, “Ensino de história”, “Memória”, “Memória da Ciência”, “Sociedade da Aprendizagem”, e “Sociedade da informação e do conhecimento”.

6 CONCLUSÃO

Verificamos com a pesquisa realizada que os negros passaram por momentos históricos importantes, como as lutas por igualdade social contra o racismo. Em meio a todo esse contexto, percebemos que maioria dos materiais publicados atualmente sobre a temática é redigido preponderantemente por negros ou afrodescendentes e, principalmente, por pesquisadores e instituições da Região Nordeste brasileira (Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa - PB). Essas lutas não foram refletidas na literatura científica da Ciência da Informação até o ano 2006, possivelmente por uma falta de incentivo político e institucional nacional a essa temática de pesquisa.

A autora mais produtiva sobre esse assunto foi Mirian de Albuquerque Aquino. A principal revista que aborda temáticas relacionadas ao negro foi a “Informação & Sociedade: Estudos”. Segundo o levantamento de dados realizado, a maioria das localidades dos autores (56%) é da Região Nordeste do país.

Consideramos, de modo geral, que a temática relacionada ao negro no Brasil é pouco frequente em suas publicações na Ciência da Informação. O tema foi objeto de 36 artigos publicados em um período entre as décadas de 1979 e 2014. Portanto, foram 36 publicações em 35 anos, com grandes espaços de tempo entre elas. Quiçá foram influenciados por acontecimentos políticos sobre a inclusão do negro na sociedade brasileira, incluindo a repressão e incentivo sobre essas lutas.

Atualmente, apesar da conquista de vários direitos, de políticas públicas e do crescimento de publicações nos últimos anos, ainda nos deparamos fortemente com o preconceito racial em diversas áreas, pois o negro é encarado como inferior ao branco em muitas situações. Nos últimos anos, o panorama apresentado foi mudando gradualmente, como percebemos, pela maior quantidade de negros em universidades cursando nível superior, apresentando os telejornais, atuando em algumas propagandas, e também publicações científicas que os mostram em estudos científicos. Os principais autores e revistas identificados neste trabalho,

sem dúvida, contribuíram de forma importante para esses avanços.

BLACK THEMES IN BRAZILIAN INFORMATION SCIENCE LITERATURE

Abstract

The research question of this research involves how blacks are represented and what their invisibility is in the Brazilian Information Science literature. The rationale of the research is the characterization of the black topics in the Brazilian Information Science literature. We aim to identify how black topics are being represented in the Brazilian Information Science literature, according to the keywords, the most productive authors and their location, and the most productive scientific venues and their location. The methodology included a bibliometric analysis of the topics using the Brazilian Information Science Database BRAPCI. The results showed the most prolific authors and journals on the topic, as well as the most frequent keywords that are used to represent the topic in the Brazilian Information Science literature.

Keywords: Black topics. Information Science. Representation in the scientific literature. Bibliometrics. Databases.

Artigo recebido em: 01/09/2017
Aceitação definitiva em: 28/12/2017

REFERÊNCIAS

ACERVO O GLOBO. **Fatos Históricos:** Criada a Lei Afonso Arinos, a primeira norma contra o racismo no Brasil. [S.l.: S.n.], 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criada-lei-afonso-arinos-primeira-norma-contra-racismo-no-brasil-10477391>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Inclusão étnico-racial na era da informação. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p.61-75, maio/ago. 2013. ISSN 1678-765X. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci>

AQUINO, Mirian de Albuquerque; COSTA, Antonio Roberto Faustino; WANDERLEY, Alba Cleide Calado; BEZERRA, Lebiã Tamar Silva; LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Moraes. A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura

africana e afrodescendente. **Inclusão Social**, v. 2, n. 1, p. 18-29, 2007.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação de memória. **Ponto de Acesso**, v. 6, n. 2, 2012

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. A informação no Funk: Construindo a identidade afrodescendente. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 250-262, 2012.

BARBOSA, Eni. A Arquivologia através da preservação documental e sua contribuição sobre a escravidão negra no Rio Grande do Sul. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 3, p. 59-68, 1990

BARBOSA, M. **Frente Negra Brasileira:** depoimentos, entrevistas e textos. São Paulo: Quilombohoje, 2012.

- BLUMER, H. The nature of racial prejudice, Social Process in Hawaii, v. 11-20. 1939. In: HUNTER, G. **Industrialization and Race Relations**. Westport: Greenwood, 1939.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen**. Brasília: DEPEN, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados Estatísticos das Eleições 2014**. TSE, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BUENO, F. da S. **Mini dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.
- CARDOSO, F. do C.; NÓBREGA, N. G. da. A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/download/57/100>. Acesso em: 09 fev. 2017.
- DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. [S.l.: S.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/2010>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Rio de Janeiro, **Tempo**, n.23, v.12, jul., p.100-122, 2007
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FURNER, J. Dewey Desacralized: a critical race-theoretic perspective. **Knowledge Organization**. v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, nov. 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- LIMA, Celly Brito; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Construção de identidades Afrodescendentes na Cibercultura: o olhar da ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 1, p. 37-43, 2009
- LINS, S. L. B.; LIMA-NUNES, A.; CAMINO, L. O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 95-105, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/11.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- MARQUESE, R. de B. A Dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico, negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 74, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007>. Acesso em: 08 fev. 2017.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D. et al. The representation of ethics and Knowledge Organization in the WoS and LISTA

Databases. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, p. 269-75. 2015.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; FERREIRA, M.; MAGRO, J. L. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire**, Zaragoza, v. 21, n. 2, p. 27-33, jul.-dic., 2015. Disponível em: <<http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4218/3809>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [online]. [S.l]: Melhoramentos, 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MORAES, F. **No País do Racismo Institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Ministério Público de Pernambuco, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000200649>. Acesso em: 16 fev. 2017.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. A produção cultural e artística dos negros no Brasil. In: MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. p. 139-168.

NUNES, S. da S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000100007>. Acesso em: 23 fev. 2017.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **2015-2024**: Década Internacional de Afrodescendente. Rio de Janeiro: ONU, [S.d.]. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 68/237 de 19 de dezembro de 2013**. Projeto de resolução apresentado pelo Presidente da Assembleia Geral. Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/img/2014/10/N1362881_pt-br.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ORTOLAN, L. P. V. **As temáticas sobre o negro na literatura brasileira na Ciência da Informação**. Relatório final para defesa de Trabalho de Conclusão de Curso. 141 f. (Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP. Marília, 2017.

PIMENTA, R. W. S. A construção discursiva sobre os negros no Brasil: uma breve reflexão. **Revista da ABPN**. v. 8, n.18, nov. 2015–fev. 2016, p. 316-338. Disponível em: <<http://abpn.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/54/51>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Brasil 2005**: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD Brasil; Carlos Lopes, 2005. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

RAMOS, A. **O negro na civilização brasileira**. Rio Janeiro: Livraria e Editora da Casa. 1971.

ROCHA, J. G. da. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. **Cadernos do CNLF**, v.14, n. 2, t.1. 2010. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/899-907.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

SANTANA, Vanessa Alves; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A responsabilidade social e ética e a inclusão afrodescendentes

em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, p. 0-0, 2009

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, A. L. G. A.; AQUINO, M. A. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/18444>>. Acesso em: 30 Maio. 2015.

SILVA, M. C. O.; SILVA, F. M. A.; AQUINO, M. A. A biblioteca digital Paulo Freire recuperando o conteúdo freireano para consolidação de políticas de ações afirmativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, p. 195-206, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/5051>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SILVA, S. R. da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Nera**, Presidente Prudente- SP, v.14, n.19, p.73-89, jul., 2011.

SILVA, S. J. A. e. **As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo**. 2.ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SILVA, S. R. da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas Departamento de Geografía, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negro (as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, 2012.